

N.F. Nº - 232188.1097/19-8
NOTIFICADO - LPS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
NOTIFICANTE - SÉRGIO RICARDO SOUSA ALVES
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO / POSTO FISCAL HONORATO VIANA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 09.10.2025

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0189-05/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. OPERAÇÃO INTERESTADUAL DESTINADA A NÃO CONTRIBUINTE. SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO INSCRITO NO ESTADO. A Notificada, devidamente inscrita como substituta tributária no Estado da Bahia, recolheu o ICMS devido nas operações interestaduais destinadas a não contribuinte baiano dentro do prazo previsto no art. 332, inciso XVII, do RICMS/BA, ou seja, até o dia 15 do mês subsequente à operação. A documentação acostada aos autos, incluindo o comprovante bancário de quitação e a relação de notas fiscais submetidas à apuração mensal, comprova a regularidade do recolhimento, abrangendo inclusive a nota fiscal objeto da autuação. Ausente inadimplemento ou recolhimento intempestivo, afasta-se a infração tributária imputada. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime. Instância ÚNICA.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 10/10/2019, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 1.035,79**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 621,47** totalizando o montante de **R\$ 1.657,26** em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 50.01.02: deixou o estabelecimento remetente de mercadoria ou bem e o prestador do serviço destinado a consumidor final, não contribuinte do imposto, de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na hipótese do inciso XVI do art. 4º da Lei de nº 7.014/96.

Enquadramento Legal: inciso II do § 4º do art. 2º; inciso XVI do art. 4º e item 2 da alínea “j” do inciso I e o item 2 da alínea “c” do inciso II do art. 13 da Lei de nº 7.014/96 do Estado da Bahia c/c EC de nº 87/2015 e Convênio ICMS de nº 93/15.

Multa tipificada no art. 42, II, “f”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o **Notificante descreve os fatos que se trata de:**

“Falta de recolhimento da partilha do ICMS nos termos da EC 87/15, referente ao DANFE de nº 243.135 lançamento referente ao TFD de nº 1906003286, lavrado para a Transportadora TNT Mercúrio Cargas e Encomendas Expressas LTDA, Inscrição Estadual de nº 064.673.412”

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos:** a Notificação Fiscal de nº **232188.1097/19-8**, devidamente assinada pelo Agente de Tributos (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); o Termo de Fiel Depositário - TFD de nº 1906003286 (fl. 03); o DANFE das Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº **243.135**, procedente do **Estado de Santa Catarina** (fl. 06), **emitida na data de 27/09/2019** pela Notificada (fl. 06), com destino à Empresa Duna Engenharia Ltda, localizada na cidade de Salvador, carreando as mercadorias de **NCM de nº**

9405.10.99 e 9405.10.93 (LED Luminária e LED Painel); documentos do motorista e do veículo (fls. 04 e 05).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Representante, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 15 e 16), protocolizada na IFMT METRO/COORD. ATEND. na data de 19/12/2019 (fl. 35).

Em seu arrazoado, a Notificada iniciou sua defesa no tópico **“Dos Fatos”**, onde tratou que aduz-se nesta notificação fiscal que o emitente LPS Distribuidora de Materiais Elétricos Ltda. incorreu na falta de recolhimento do ICMS relativo à partilha prevista na EC 87/2015, referente à nota fiscal de nº 243.135, emitida em **27/09/2019**, com destino à empresa Duna Engenharia Ltda., contribuinte isenta no Estado da Bahia.

Consignou, no tópico **“Do Direito”**, que o recolhimento do imposto se dá conforme o artigo 332, inciso XVII, do RICMS/BA (Decreto de nº 13.780/2012), que estabelece como prazo o dia 15 do mês subsequente à operação, desde que o remetente possua inscrição estadual de substituto tributário no Estado da Bahia. Argumentou que a Notificada detém tal inscrição e que, por isso, realiza apuração e recolhimento do imposto conforme periodicidade legalmente permitida.

No tópico **“Da Instrução Processual”**, apresentou a comprovação de pagamento do tributo por meio da GNRE, no valor de R\$ 6.882,69 (código de receita 100110), quitada em 15/10/2019, por meio do Banco Itaú S/A. Destacou que o valor recolhido engloba **todas as notas fiscais emitidas no mês de setembro/2019 destinadas a não contribuintes baianos**, inclusive a NF-e indicada na autuação, demonstrando que não houve cobrança antecipada nem inadimplência, pois o vencimento legal ocorreria apenas no mês subsequente.

Finalizou, no tópico **“Do Pedido”**, onde pugnou pelo acolhimento da impugnação, requerendo o cancelamento da cobrança fiscal, com a baixa da Notificação de nº 232188.1097/19-8, por estar devidamente quitado o valor relativo ao diferencial de alíquota apontado na autuação.

Verifico não haver Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em exame, **no Modelo Trânsito de Mercadorias**, lavrada em **10/10/2019**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 1.035,79**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 621,47** totalizando o montante de **R\$ 1.657,26**, em decorrência do cometimento da Infração **(50.01.02) de deixar o estabelecimento remetente** de mercadoria ou bem e o prestador do serviço destinado a consumidor final, não contribuinte do imposto, de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na hipótese do inciso XVI do art. 4º da Lei de nº 7.014/96.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando ao inciso II do § 4º do art. 2º; inciso XVI do art. 4º e item 2 da alínea “j” do inciso I e o item 2 da alínea “c” do inciso II do art. 13 da Lei de nº 7.014/96 do Estado da Bahia c/c EC de nº 87/2015 e Convênio ICMS de nº 93/15, e multa tipificada no art. 42, II, “f”, da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi verificada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto

e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade.

Em apertada síntese, a Notificada sustenta que detém inscrição estadual de substituto tributário no Estado da Bahia, razão pela qual realiza o recolhimento do ICMS devido a título de diferencial de alíquotas conforme o prazo previsto no artigo 332, inciso XVII, do RICMS/BA ou seja, até o dia 15 do mês subsequente ao da operação, ou seja, recolheu o ICMS da Nota Fiscal de nº 243.135, emitida em 27/09/2019, no valor de R\$ 6.882,69, mediante GNRE com código de receita, quitada em 15/10/2019, dentro do prazo regulamentar, englobando todas as notas emitidas em setembro pela Notificada (fls. 19 e 20), não havendo que se falar em inadimplemento ou cobrança antecipada, considerando-se que a obrigação tributária foi tempestivamente adimplida e que o momento do recolhimento está em conformidade com a legislação estadual aplicável à espécie.

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do **Posto Fiscal Honorato Viana**, relacionado DANFE das Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº 243.135, procedente do **Estado de Santa Catarina** (fl. 06), **emitida na data de 27/09/2019** pela Notificada (fl. 06), com destino à Empresa Duna Engenharia Ltda, localizada na cidade de Salvador, carreando as mercadorias de NCM de nº 9405.10.99 e 9405.10.93 (LED Luminária e LED Painel) sendo exigida a diferença de alíquotas internas e interestaduais pelo motivo **da Notificada não ter efetuado o recolhimento do imposto ICMS na venda a não contribuinte do ICMS localizado neste Estado.**

Nesta seara, em consulta ao sistema da SEFAZ/BA - **Módulo de Informações do Contribuinte (INC)** - verifica-se que a Notificada se encontra regularmente **inscrita no Estado da Bahia como substituta tributária**, sob a condição “SUBSTITUTO RESPONSÁVEL ICMS DESTINO”, desde 14/06/2012.

Nesse sentido nos termos do **artigo 332, inciso XVII, do RICMS/BA**, o contribuinte localizado em outra unidade da Federação, mas inscrito como substituto tributário no Estado da Bahia, **pode efetuar o recolhimento do imposto devido nas operações destinadas a não contribuinte localizado neste Estado até o dia 15 do mês subsequente ao da operação.** Esse dispositivo regulamentar reconhece a possibilidade de apuração mensal do tributo para os contribuintes regularmente cadastrados como substitutos, **não sendo exigido o recolhimento imediato no momento da emissão da nota fiscal.**

No caso em análise, a operação que fundamenta a notificação foi formalizada pela **Nota Fiscal eletrônica nº 243.135**, emitida em 27/09/2019, tendo como destinatária a empresa **Duna Engenharia Ltda.**, contribuinte isenta no Estado da Bahia. Conforme documentação acostada aos autos, consta na **folha 18** a relação das notas fiscais do mês de setembro/2019 incluídas na **GNRE de controle de nº 1906872540**, abrangendo, entre outras, a nota fiscal mencionada. Na **folha 17**, observa-se o **comprovante de quitação dessa GNRE, no valor de R\$ 6.882,69, pago junto ao Banco Itaú S/A em 15/10/2019**, ou seja, exatamente no último dia útil permitido para o recolhimento do imposto, nos moldes do prazo regulamentar previsto no citado artigo.

O pagamento foi realizado com o código de receita **100110**, correspondente ao ICMS devido por operações interestaduais destinadas a consumidor final, estando devidamente vinculado à inscrição estadual da empresa notificada.

Com isso, restou **comprovada a regularidade do recolhimento do imposto devido**, inexistindo atraso, inadimplemento ou qualquer indício de descumprimento da legislação aplicável. O Notificante, por sua vez, desconsiderou a condição fiscal da empresa e ignorou o prazo legítimo para recolhimento previsto na norma vigente. Dessa forma, **não há que se falar em infração tributária**, sendo indevida a constituição do crédito fiscal.

Diante do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **232188.1097/19-8**, lavrada contra **LPS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 15 de setembro de 2025.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS - RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA